Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social São Paulo

CNPJ nº 66.518.267/0002-64

Demonstrações Financeiras							
Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)							
Ativo	Notas	2017	2016	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2017	2016
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	899,00	939,10	Fornecedores		3.879.397,41	3.504.873,03
Bancos - Contas Movimento	5	24.100.308,36	6.252,48	Obrigações Trabalhistas	12	18.044.718,74	16.291.152,73
Bancos - Aplicações Financeiras	6	36.928.683,69	28.997.574,81	Obrigações Sociais e Fiscais	13	11.026.372,57	10.303.993,69
Adiantamentos a Fornecedores		15,85	-	Contas a Pagar		3.304.821,02	3.142.481,31
Adiantamentos a Empregados	7	4.011.740,75	3.124.752,41	Provisões para Férias e Encargos	3	32.198.693,52	28.480.122,60
Adiantamentos para Despesas		5.984,38	3.625,66	Provisões para Contingências	14	1.145.025.75	1.145.025.75
Impostos Recuperáveis		28.276,44	-			69.599.029.01	62.867.649.11
Créditos de Contratos	_			Passivo Não Circulante		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	,
de Gestão e Convênios	8	2.238.371,84	27.368.048,97	Bens Públicos em nosso poder	15	9.340.351.99	10.354.631.51
Outros Créditos	•		8.400,00			9.340.351.99	10.354.631.51
Reservas para Contingências	9	22.091.489,25	20.225.015,11	Patrimônio Líquido		,	
Adiron NE - Cinnodanda		89.405.769,56	79.734.608,54	Patrimônio Social		16.866.959,43	3.734.471,54
Ativo Não Circulante	40	0.004.050.77	40 007 000 00	Superávit do Exercício	27	2.869.221,65	13.096.850,66
Imobilizado	10	9.304.352,77	10.287.980,63	- · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	21		
Intangível	11	35.999,22	66.650,88	Transferências Patrimoniais		70.559,47	35.637,23
		9.340.351,99	10.354.631,51			19.806.740,55	16.866.959,43
Total do Ativo		98.746.121,55	90.089.240,05	Total do Passivo e Patrimônio L	_íquido	98.746.121,55	90.089.240,05
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)							

Patrimônio Superávit Aiustes Transferências Patrimônio Social (Déficit) **Patrimoniais Patrimoniais** Líquido (5.623.747,87) 24.695.021,07 3.734.471,54 Saldo em 01 de janeiro de 2016 (15.348.769,60) 11.967,94 Incorporação do Superávit Anterior 24.695.021,07 (24.695.021,07) Incorporação dos Ajustes Patrimoniais 15.348.769,60 (15.348.769,60) Incorporação das Transferências Patr. 11.967,94 (11.967.94)35.637.23 Transferências Patrimoniais 35.637,23 Superávit do Exercício 13.096.850,66 13.096.850,66 Saldo em 31 de dezembro de 2016 3.734.471,54 13.096.850.66 35.637,23 16.866.959,43 Incorporação do Superávit Anterior 13.096.850,66 (13.096.850,66) Incorporação das Transferências Patr. 35.637,23 (35.637,23)Transferências Patrimoniais 70.559,47 70.559.47 2.869.221,65 2.869.221,65 Superávit do Exercício Saldo em 31 de dezembro de 2017 16.866.959,43 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João sultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidên Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão e convênios abaixo descritos: • Contrato de Gestão nº 003/2007: visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no Programa de Retaguarda Hospitalar - PROREHOSP, que vem sendo pror-rogado através de termos aditivos; • Contrato de Gestão nº R 006/2015: visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M'Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo, com prazo de vigência de 60 meses; • Convênio nº 002/2011: visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral a assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana no município de São Paulo, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos. Com isto vem desenvolvendo acões e serviços de saúde na Organização Social São Paulo. 2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto azo. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operaçõe nstrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016. 3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferi
9. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu redos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2017 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2016. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos: • Instalações: 10 anos: • Máguinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos: • Veículos: 5 anos. 3.c) Intangível: • Reconhecimento. mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebí-

veis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do re-

cia objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.f) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade con forme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.g) Receitas: As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.h) Despesas: As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de encargos financeiros. 3.j) Apuração do resultado: O reconhecimento das propriedade da Prefeitura Municipal. receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2017	2016
Fundo Fixo de Caixa	899,00	939,10
	899,00	939,10
5. Bancos - Contas Movimento	2017	2016
Banco do Brasil S.A.	6.510.270,84	3.501,67
Banco Santander (Brasil) S.A.	17.578.578,83	168,99
Banco Bradesco S.A.	11.458,69	2.581,82
	24.100.308,36	6.252,48
6. Bancos - Aplicações Financeiras	2017	2016
Banco Santander (Brasil) S.A.	21.404.490,98	16.532.846,87
Banco Bradesco S.A.	15.524.192,71	12.464.727,94
	36.928.683,69	28.997.574,81
A F-41-1-1		

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações finance ras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

7. Adiantamento a Empregados	2017	2016
Adiantamentos de Férias	3.524.415,82	3.109.671,72
Outros Adiantamentos a Empregados	487.324,93	15.080,69
	4.011.740,75	3.124.752,41
8. Créditos de Contratos de		
Gestão e Convênio	2017	2016
Contrato de Gestão 003/2007(PROREH	OSP) 97.478,02	
Contrato de Gestão R006/2015		
(Jd. Ângela/Capão Redondo)	2.140.893,82	27.368.048,97
, ,	2 238 371 84	27 368 048 97

serva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI. Reserva para Contingências

Banco Santander (Brasil) S.A.		22.091.489,25	20.225.015,11
		22.091.489,25	20.225.015,11
10. Imobilizado			
Imobilizado De Gestão Pública Tax	хa	2017	2016
Benfeitorias 4	%	5.524.732,45	5.524.732,45
Instalações 10	%	5.265,00	5.265,00
Máquinas e Equipamentos 10	%	3.473.578,88	2.206.947,26
Equipamentos de Uso Médico 10	%	4.493.148,43	4.269.924,45
Aparelhos e Instrumentos			
de Uso Médico 10	%	2.017.103,53	2.013.923,44
Equipamentos de Informática 20	%	2.206.803,19	2.144.784,58
Móveis e Utensílios 10	%	2.506.728,86	2.446.215,54
Equipamentos e Materiais			
Permanentes PSF	-	-	1.151.190,01
(-) Depreciação Acumulada		(10.923.007,57)	(9.475.002,10)
		9.304.352,77	10.287.980,63
Conforme preceituado no contrato de	ge	stão e convênios	firmados entre

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)					
	otas	2017	2016		
Receitas Líquidas		456.039.146,62	431.342.297,79		
Contratos de Gestão e Convênios	16	455.660.412,70	442.940.281,85		
Realização de Bens					
Públicos em nosso poder		1.490.139,90	1.725.291,20		
(-) Repasse destinado à					
aquisição de Imobilizado	3.g	(474.900,22)	(2.921.267,41)		
(-) Readequação Financeira		-	(4.992.169,06)		
(-) Glosas sobre Contratos e Convê	nios	(636.505,76)	(5.409.838,79)		
Custos			(412.897.756,01)		
Pessoal e Reflexo		(398.053.099,68)			
Serviços Terceirizados	19	(45.597.580,08)	(42.434.202,97)		
Medicamentos e					
Materiais de Consumo	20	(4.733.806,36)	(5.903.895,81)		
Custo da CPP (Contr.					
Previdenciária Patronal)		(84.163.780,90)	(76.506.588,56)		
(-) Isenção da CPP Usufruída	25		76.506.588,56		
(=) Resultado Bruto		7.654.660,50	18.444.541,78		
Despesas		(10.006.388,82)	(11.752.759,56)		
Impostos, Taxas e Contribuições		(317.912,80)	(254.534,05)		
Despesas Gerais	21	(9.688.476,02)	(11.498.225,51)		
Outras (Despesas) e					
Receitas Operacionais		62.996,10	514.964,11		
Receitas com Doações		-	51.551,17		
Outras Receitas		62.996,10	463.412,94		
(=) Resultado Antes das		(
Rec/Desp Financeiras	4-	(2.288.732,22)			
Resultado Financeiro	17	5.157.953,87	5.890.104,33		
Receitas Financeiras		5.238.977,88	6.185.065,39		
(-) Despesas Financeiras		(81.024,01)	(294.961,06)		
Superávit do Exercício 27 2.869.221,65 13.096.850,66					
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos					
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em Reais)					

Atividades Operacionais 2017 2016 13.096.850,66 2.869.221,65 Superávit do Exercício (Aumento) ou Redução do Ativo Adjantamentos a Fornecedores (15.85)61.509.76 (886.988,34) Adiantamentos a Empregados (316.892,29) (2.358,72)943,18 Adiantamentos para Despesas Impostos Recuperáveis (28.276,44)6.278,00 Créditos com Contratos de Gestão e Convênios 25.129.677,13 19.727.321.75 **Outros Créditos** (1.858.074,14) (20.233.218,76) Aumento ou (Redução) do Passivo Fornecedores 374.524,38 (463,415,52) Obrigações Trabalhistas 1.753.566,01 679.086.95 1.047.183,09 Obrigações Sociais e Fiscais Provisões para Férias e Encargos 3.718.570,92 2.510.102,87 (42.107,97)Provisões para Contingências Outras Obrigações 162.339,71 (1.004.906,09)Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais 15.068.735,63 31.954.565,19 Atividades De Investimento Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencentes a Gestão Pública 474.425,04 2.921.267,41 Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento 474,425,04 2.921.267.41 Atividades de Financiamento Recebimento de Numerário para Aguisição de Imobilizado (474.425.04)(2.921.267.41)Recebimento (Pagamento) de Empréstimos (9.499.053,79) Incorporação ao Patrimônio Líquido 70.559,47 35.637,23 Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento (403.865,57) (12.384.683,97) Variação Líquida nas Disponibilidades 32.025.124,66 5.605.319,07 Caixa e Equivalentes de Caixa Disponibilidades no Início do Exercício 29.004.766,39 23.399.447,32 Disponibilidades no Final do Exercício 61.029.891.05 29.004.766.39 Variação Líquida nas Disponibilidades 32.025.124.66 5.605.319.07 o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimonia

11. Intangível Intangível de Gestão Pública **2017** 325.277,82 2016 318.336,84 Direito de Uso de Sistemas (289.278,60) (251.685,96) (-) Amortização Acumulada 35.999,22 66.650,88 12. Obrigações Trabalhistas **2016** 16.107.859,22 2017 Salários a Pagar 17.894.060,26 Rescisões a Pagai 117.095.79 150.446.79 Pensões Alimentícias a Pagar 33.562,69 32.846,72 18.044.718,74 16.291.152,73 13. Obrigações Sociais e Fiscais 2017 2016 1.372.436,92 1.296.415,34 INSS a Recolher FGTS a Recolher 3.036.784,04 2.721.661,72 Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher 107.760,47 19.876,53 PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher 445.694,71

6.148.922.44 IRRF a Recolher 5.464.342.74 119.978,22 CSRF a Recolher 129.751,47 202.870,25 33.154,18 INSS Retido de PJ a Recolher 199.871,41 ISS Retido na Fonte a Recolher 30.845.82 10.303.993,69 11.026.372,57 **2016** 3.642,11 14. Provisões para Contingências 2017 Provisões para Contingências Tributárias 3.642.11 Provisões para Contingências Trabalhistas 1.141.383,64 1.141.383,64 1.145.025,75 1.145.025.75 A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos adminis-

trativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A ad ninistração, com base em info mações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 6.136.399,02, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível De natureza Trabalhista 6.128.279.85 De natureza Cível 6.136.399,02

15. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 9.340.351,99 em 2017 e R\$ 10.354.631,51 em 2016, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 16. Receitas com Contratos de Gestão e Convênios

Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP) 15.358.797,44 13.357.774,11

2017

Continuação Contrato de Gestão R006	6/2015	
(Jd. Ângela/Capão Redondo)	350.095.114,98	346.778.224,14
Convênio 002/2011 (Parto Seguro		
à Mãe Paulistana)	90.206.500,28	82.804.283,60
·	455.660.412,70	442.940.281,85
17. Receitas e Despesas Financeiras	2017	2016
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.231.369,21	6.166.872,88
Descontos Obtidos	7.608,67	18.192,51
(-) Despesas Bancárias	(78.361,04)	(270.191,47)
(-) Juros e Mora Comerciais	(377,82)	(325,58)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(2.285,15)	(24.444,01)
	5.157.953,87	5.890.104,33
18. Custos com Pessoal Próprio	2017	2016
Remunerações	338.558.407,37	307.914.669,59
Benefícios	29.767.701,54	26.424.015,03
Encargos Sociais	29.726.990,77	30.220.972,61
	398.053.099,68	364.559.657,23
19. Custos com Serviços Terceirizado	s 2017	2016
Serviços Prestados por		
Pessoas Jurídicas	43.588.397,65	41.105.417,67
Serviços Prestados por Pessoas Físicas		1.328.785,30
	45.597.580,08	42.434.202,97
20. Custos com Medicamentos e Mate		
	2017	2016
Medicamentos e Materiais de Uso Médic		1.869.044,90
Materiais de Consumo	2.118.384,80	2.563.298,33
Materiais de Conservação e Reparos	904.383,29	1.070.367,61
Outros Materiais e Insumos	368.022,45	401.184,97
04 Barrage Carala	4.733.806,36	5.903.895,81
21. Despesas Gerais	2017	2016
Contas de Consumo (Água,	1 755 105 01	4 740 046 00
Luz e Energia Elétrica)	1.755.425,81	1.712.216,83
Aluguéis (Imóveis, Veículos,	E 767 0E0 64	E 40E 00E 47
Equipamentos e Aparelhos) Administrativas	5.767.059,64	5.405.365,47 277.053,91
Publicidade	296.108,67 3.936,65	50.419,44
Eventos	21.344,00	15.485,40
Reformas e Benfeitorias	21.344,00	1.930.041,26
Bens não Imobilizados	4.685,84	52.871,07
Outras Despesas Gerais	1.839.915,41	2.054.772,13
Outras Despesas Gerais	9.688.476,02	11.498.225.51
22. Coberturas de Seguros: A Entida		
cobertura de seguros para os bens suj		

siderados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 23. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente,

sobre as Demonstrações Contábeis

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente Relatório dos Auditores Independentes práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela de-

Aos Administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM Filial 2 - São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM Filial 2 - São Paulo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Base para opinião; Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas devalaiamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, mos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2018. Galloro & monstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração

realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal. Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 24. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/ SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19. Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: "Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálprocessual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores". A administração do CEJAM e seus e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos em virtude de sua natureza não lucrativa. obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2017 e 2016. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade 2016 R\$ 14.118.985,49), distribuida da seguinte forma de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo Renúncia Fiscal CEJAM. 25. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidencian do as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equiva lem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2017 foi de R\$ 84.163.780,90 (em 2016 de R\$ 76.506.588,56) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma: Isenções Previdenciárias Usufruídas 2017 Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento 83.761.944,42 76.240.831,48 Prestados por. Pessoas Físicas 401.836,48 265.757,08

Cota Patronal sobre Serviços) Isenção Usufruída: (-) Cota Patronal INSS sobe

a Folha de Pagamento (-) Cota Patronal s/ Servicos (401.836,48) Prestados por. Pessoas Físicas

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar

sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda li-

2 - São Paulo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela

- Filial 2 - São Paulo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do

processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilida-

des do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contá-

beis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de seguran-

ça, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou

erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjun-

contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e execu-

84.163.780,90 76.506.588,56

(83.761.944,42) (76.240.831,48) (265.757,08)

novação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS no 25000.196436/2015-19. 26. Tributos e Contribuições (Renúncia Fis cal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis n^{o} 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimen to a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada renúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes culos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à re

3% (regime cumulativo) · COFINS incidente sobre a receita: • CSLL incidente sobre o superávit: Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal, para esta filial, no exercício de 2017 foi de R\$ 13.939.404,35 (em

2017 12.940.268,93 13.681.174,40 1.178.716,56

13.939.404,35 14.118.985.49 27. Resultado do Exercício: O Superávit do exercício de 2017 foi de R\$ 2.869.221,65 e o de 2016 de R\$ 13.096.850,66, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

2017 2016 Contrato de Gestão 003/2007 5.461.859,86 (PROREHOSP) 2.021.231,03 Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo) 852.893,02 7.007.552,39 Convênio 066/2008 (AMA Especialidades) 17.692.91 30,707,60 40.522,82 49.426,59 Convênio 079/2008 (AMA Tradicional) Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana) (28.002,58)157.846,28 Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana) (33.213.40)407.924.51 Convênio 002/2010 (Hospital (18.466,57 Samaritano - SAID) (1.902, 15)

São Paulo, 31 de dezembro de 2017

2.869.221,65

13.096.850,66

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3 obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar terminou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. quidar o Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da governança do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou in cluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contáto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões beis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do Associados - Auditores Independentes - CRC PJ 2SP005851/O-7; Ana e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as tamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como Maria Galloro Laporta - Sócia - Diretora - CRC 1SP 203642/O-6.

SIMPROC

SENHA É COISA SÉRIA

Tudo que for registrado com sua senha é de sua responsabilidade, podendo inclusive fazer com que você responda a procedimentos administrativos. Cuidado ao digitar a senha, verifique se não há ninguém olhando para o seu teclado.

A SENHA É:

PESSOAL INTRANSFERÍVEL NÃO DIVULGUE NÃO ESQUEÇA NUNCA EMPRESTE

> **EVITE TRANSTORNOS** QUALIDADE NO CONTROLE DE PROCESSOS www.prefeitura.sp.gov.br/processos

